

A geografia no Brasil nos últimos anos do Império

Geography at the empire's last years

CRISTINA PESSANHA MARY

Departamento de Geografia - UFF

RESUMO: Com o presente artigo busca-se compreender o significado da geografia nos últimos anos do Império. Para tal, concentramos nossa atenção no funcionamento da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil, na sua composição social e, sobretudo, na análise do periódico editado por essa filial. Durante os anos em que circulou, entre 1881 e 1886, e acompanhando as sucessivas diretorias da Seção, a linha editorial da Revista da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil alterou-se ao sabor de perspectivas diferenciadas para a geografia, dentre elas, a aspiração portuguesa de engajar o Brasil nas disputas pelo continente africano. Todavia, a nova conjuntura política republicana terminou por inviabilizar o projeto luso de um Brasil como continuidade ibérica, esvaziando de sentido a própria Seção.

Palavras-chaves: geografia; revista de geografia; significado da geografia.

ABSTRACT: This paper is pursuing the meaning of geography throughout the empire's last years. To achieve that we focused both on the performance of the Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil concerning its social structure, and, particularly on the analysis of the periodicals published by this branch. From 1881 to 1886, the span of its distribution and, along with the successive Section's board of directors, one can notice that the editorial profile of the Revista da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil, has experienced a change, led by different perspectives for geography, among them, the Portuguese aspiration to involve Brazil into the quarrels for Africa. The new republican political circumstances, however, ended up by thwarting the Portuguese project where Brazil would be seen as an Iberian extension, voiding therefore the very role of the Section.

Key words: geography society; geography magazine; meaning of geography.

Introdução

Este artigo se constitui em contribuição ao estudo da geografia no Brasil de fins do Império. Concentramos nossa atenção na Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil, procurando avaliar seu significado, desde sua criação, em 1878, até 1888, quando se obteve notícia de sua última diretoria.

Tal proposta, aparentemente simples, ganhou ares de intrincada trama, quando focalizamos o Rio de Janeiro na década de 1880. Naquele momento, a cidade parecia respirar geografia, abrigando, além da Seção, mais dois institutos similares, ambos carregando em seus nomes a denominação “geografia”, a saber, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), criado em 1838, e a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro¹ (SGRJ), de 1883.

Movimentando esse quadro, a profunda cisão no interior da própria Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil, em 1881, quando um grupo abandonou a associação, inconformado com o veto de Lisboa à tentativa de transformação da própria Seção em outro grêmio, de cunho nacional.

O interesse pela geografia naquele período não era incomum. Nesse último quartel do século XIX, inúmeras sociedades geográficas, como os institutos da Corte, animavam as capitais européias, ganhando força também na América Latina. Desde a década de 1960, estudos realizados sobre institutos

como os de Paris, Londres, Espanha, na sua maioria, apontaram a sua funcionalidade no quadro das ambições expansionistas dos Estados nacionais europeus².

Esse foi o caso da própria matriz da Seção, a Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL)³. Tal organização, criada em 1875, por um grupo de intelectuais, esteve à testa do movimento colonialista português, quando não se mediram esforços em prol da manutenção dos territórios africanos, percebidos como garantia para um futuro de grandeza para a nação portuguesa⁴.

A política colonial, entretanto, não explica a existência desses estabelecimentos em áreas como a América Latina. Tomá-los apenas como agentes do imperialismo seria desconhecer o seu papel na formação de identidades nacionais das ex-colônias.

Pesquisas voltadas para os institutos de geografia da América Latina salientaram o seu peso nas políticas de cunho nacional. Assim, Leôncio López-Ocón⁵, ao comparar os institutos do gênero no Peru, Bolívia, México, Costa Rica e Argentina, mostrou sua importância como instrumentos de organização desses espaços nacionais.

No Brasil, é voz corrente nas ciências sociais o papel da história e da antropologia na composição de um rosto para a nação. Nos limites da realidade brasileira, a ligação entre a história e a construção da nacionalidade não escapou aos que se debruçaram sobre o IHGB⁶.

Entretanto, acreditamos que a geografia não fez por menos. Pesquisas mais recentes sobre a SGRJ⁷ também apontam para a vinculação da geografia com o projeto nacional. Neste estudo, comungando com tal hipótese, esperamos compreender melhor a articulação entre o significado da geografia no Brasil em fins do Império e a política nacional.

O estudo da geografia na cidade do Rio de Janeiro, em fins do século XIX, tinha um gosto diferente, apimentado tanto pela questão da inusitada proliferação de grêmios em uma mesma cidade, quanto pela cisão no interior da Seção. Afinal, se a geografia esteve atrelada a um projeto para a nação, como pensa a historiografia, cabe responder o que então separava os institutos e qual a razão da divisão no interior da Seção.

Acredita-se que a origem dessa multiplicação de grêmios esteja calcada nas divergências quanto à concepção de geografia nacional, mais precisamente quanto à idéia de nação. Não se descuroou, no entanto, de outras possibilidades, relativas às questões que sacudiram o Império nos seus momentos finais, como o abolicionismo e o movimento republicano.

Sendo assim, na busca de um enredo coerente para essa história e levando-se em conta que a filial da Sociedade de Geografia de Lisboa constituiu-se como ponto de interseção de várias tradições de geografia, procedemos ao exame do periódico publicado por essa associação. Nesse processo de interpretação, no entanto, foi necessário ultrapassar o texto da Revista, pois, em muitos casos, o nexo das geografias só se fez nos fios da memória e das biografias daqueles que nela escreviam, agentes da política em primeira instância.

A Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil

Reunidos na legação de Portugal no Rio, então residência do visconde de São Januário, vindo ao Brasil com as instruções e credenciais necessárias fornecidas pela Sociedade de Geografia de Lisboa, 14 sócios correspondentes dessa Sociedade, dentre barões, viscondes, generais e doutores, constituíram a Seção na cidade do Rio de Janeiro⁸.

No discurso proferido durante a reunião de criação da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa

no Brasil, o visconde de São Januário⁹, em clara alusão às aflições acerca das disputas colonialistas no continente africano, afirmou o desejo de Portugal de não ficar atrás no “certame em que se empenhava o mundo civilizado” [...] “o grande movimento europeu para as grandes descobertas em África onde os problemas sociais e científicos poderiam encontrar sua verdadeira solução”¹⁰.

Suas palavras revelaram os objetivos da matriz em Portugal, preconizando “a exploração portuguesa em África”, missão em andamento tendo em vista o fato de que alguns associados já estavam “percorrendo esse vasto continente, empreendendo importantes trabalhos de descobertas e reconhecimentos, estudando principalmente as relações dos vastos sistemas hidrográficos ocidentais e orientais da África equatorial e austral”.

Abordando a iniciativa do rei Leopoldo II¹¹, da Bélgica, na tarefa de “abrir o continente africano à civilização européia e de extinguir o tráfico da escravatura”, o cônsul reconheceu ser essa uma tarefa gloriosa e concluiu ser indispensável para Portugal aumentar o número de expedições, tendo em vista os fins enumerados.

Escorado em argumentos acerca do universalismo da ciência na batalha do progresso, capaz de irmanar sócios de nacionalidades diferentes, verdadeira preleção acerca dos benefícios advindos da participação da Sociedade de Geografia de Lisboa na política colonial portuguesa de manutenção dos territórios africanos foi destilada.

O visconde anunciou ainda a criação, por Portugal, de um fundo africano destinado a promover explorações naquele continente. Para fomentar tais iniciativas, prosseguiu, a Sociedade de Geografia de Lisboa “resolveu organizar seções nas localidades onde houvesse mais de vinte sócios”. De forma vaga, concluiu que as seções deveriam executar “todos os trabalhos relativos ao fim que se tem em vista, a sua publicação para utilidade pública e a coadjuvação recíproca”¹².

A cooperação¹³ proposta por Januário foi de imediato aceita entre os presentes, elegendo-se logo a seguir, por aclamação, o primeiro presidente da instituição recém-criada, o senador Cândido Mendes de Almeida¹⁴. Os demais membros da diretoria foram eleitos: Henrique Pedro Carlos de Beaurepaire Rohan¹⁵ e o visconde de Borges Castro no cargo da vice-presidência, enquanto Francisco Maria Cordeiro¹⁶ e o barão de Teffé¹⁷ figuraram como primeiros secretários.

Durante os seus três primeiros anos de vida, a Seção esteve em função da sua própria organização administrativa, envolvida com a redação e aprovação dos estatutos, regimento interno, firmando a sua estabilidade. No mais das vezes, os trabalhos da Seção se limitaram às comunicações do senador Cândido Mendes de Almeida sobre as novidades geográficas e o movimento civilizador das expedições geográficas; nesse tempo, houve apenas uma conferência do barão de Teffé e uma leitura do tenente J. M. Albuquerque Bloem¹⁸.

O quarto ano (1881) foi, todavia, marcante: se, por um lado, realizou-se a visita do festejado explorador português Alexandre de Serpa Pinto¹⁹ e o lançamento da Revista da Seção, por outro houve o cisma entre os grupos que sonharam com um grêmio nacional e aqueles que permaneceram fiéis à proposta inicial, mantendo a Seção apenas como filial de Lisboa. O episódio em tela culminou com o fracasso da iniciativa e um saldo de divisões entre aqueles que recuaram de seus intentos, após a reação negativa de Lisboa diante do projeto, e os associados que a deixaram para, dois anos mais tarde, finalmente, tornar efetiva a criação da SGRJ²⁰. No entanto, em 1883, a Seção retomou seu curso – sessões de honra voltaram a ser organizadas.

Os signatários da ata de criação da filial compunham um grupo bastante uniforme quanto à posição social: quase todos pertenciam à elite fluminense²¹, variando quanto ao título nobiliárquico,

patente ou armas; constando dentre eles, a exemplo do visconde de Mattosinhos²², Emílio Zaluar²³ e Boaventura Gonçalves Roque²⁴, personalidades da colônia portuguesa radicada no Rio.

A formação profissional de grande parte do grupo fundador também não se distanciava daquelas predominantes entre membros da elite do Império. Assim, a medicina se fez representar pelo barão de Ramiz²⁵; a engenharia, por militares como o visconde de Beaurepaire Rohan, e, por fim, as “gentes do direito”, como a destacada figura do senador Cândido Mendes, bacharel em ciências jurídicas e sociais.

No âmbito dos demais associados, encontra-se um espectro largo de opções ideológicas, como o abolicionismo de Ângelo Agostini²⁶; o pensamento de Ramalho Ortigão, manifestamente favorável à continuidade da escravidão²⁷; as tendências liberais de André Rebouças²⁸; o catolicismo dedicado de Cândido Mendes de Almeida, filiado ao partido conservador; o monarquismo convicto de Carlos Maximiano Pimenta de Laet²⁹ e o pragmatismo do barão de Teffé, prestando serviços tanto ao Império quanto à República.

Em 1881, a Seção tinha ampliado seus quadros, chegando a contar com cerca de 179 sócios. Mais de um terço de seus membros transitou também no IHGB e na SGRJ.

O sucesso da Seção parecia repetir o de outras instituições. A grande adesão a estabelecimentos do gênero muitas vezes revelava o anseio por trocas de experiências e negócios³⁰, não se podendo ignorar a utilidade desses grêmios no âmbito das relações clientelísticas, tão presentes na Corte imperial. Como as suas congêneres, a Seção era um instituto fortemente atrelado a D. Pedro II, não por acaso seu protetor e sócio honorário. De “Sua Majestade” dependiam nomeações, títulos de nobreza etc.

A listagem dos filiados da Seção em 1885 incluiu nomes como Machado de Assis e Benjamin Constant, o que só fez confirmar o prestígio e o perfil eclético da Seção e, possivelmente, de sua geografia. A elite fluminense – grupo diversificado, se pensarmos nas suas atividades, interesses científicos e perfil político – aninhava-se em organizações como a Seção, para além de suas ambições pessoais, pois tinham planos para o país.

Para entender o significado da geografia e seu sentido frente à política de fins do Império, será preciso analisar a Revista publicada pela Seção.

A Revista da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil

Ao longo do período em que circulou, a estrutura da Revista pouco mudou, ainda que as diretorias³¹ variassem. A coleção de periódicos intitulada *Revista Mensal da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil* (RSSGL), lançada pela Seção em abril de 1881, teve sua edição interrompida durante todo o ano seguinte, para ser retomada em 1883, mantendo-se com certa regularidade até o início de 1886, ano da última publicação de que se tem notícia.

Atingindo em média dois números anuais, não fez jus à denominação ‘mensal’. Assim, em setembro de 1885, quando se inicia a segunda série, essa palavra foi suprimida de seu título. Frequentemente, palestras e artigos eram publicados em partes, de modo a render vários números, distribuídos por diferentes fascículos. Ao final de um período – delimitado provavelmente em função de decisões acertadas no âmbito da redação com objetivos de se programarem novas diretrizes à Revista – obtinha-se a série. Nesse caso, tivemos duas séries: a primeira, composta das revistas editadas entre 1881 e fevereiro de 1885, e a segunda, com os fascículos publicados de setembro de 1885 até janeiro de 1886.

Sobre os assinantes e leitores do periódico, pouco se apurou: havia um público garantido, formado

nas bibliotecas pertencentes aos grêmios, como também aqueles com os quais a Seção fazia permuta de exemplares – ou seja, os próprios filiados da Seção ou a estes relacionados. Certamente, a imperatriz Teresa Cristina foi umas das leitoras, pois a coleção encontrada no IHGB, uma série especial, com capa de luxo, pertenceu à personalidade em questão.

A partir da segunda série e, aparentemente, acompanhando a própria sofisticação da Seção, que passou a se organizar em subseções, houve a inclusão de resumos em francês dos artigos, ao fim de cada fascículo. Atribuimos a inclusão desses resumos às pretensões de se obter um alcance maior para a Revista; afinal, a Seção publicava notícias de sociedades de geografia francesas, traduzindo seus artigos, e com elas trocava publicações.

Via de regra, cada periódico se compunha de “Notas da Redação” ou “Declaração”, apresentando, comentando, prometendo regularidade, ineditismo e novos fascículos, funcionando, assim, como pronunciamento da equipe de redação sobre a Revista; “Sumário”; artigos; seção intitulada “Crônica Geográfica”³², contendo inúmeras notas sobre temas do movimento geográfico mundial e, ao final, o “Expediente”, indicando usualmente publicações recebidas pela Seção ou por ela enviadas para outras instituições, a incluir por vezes comentário bibliográfico.

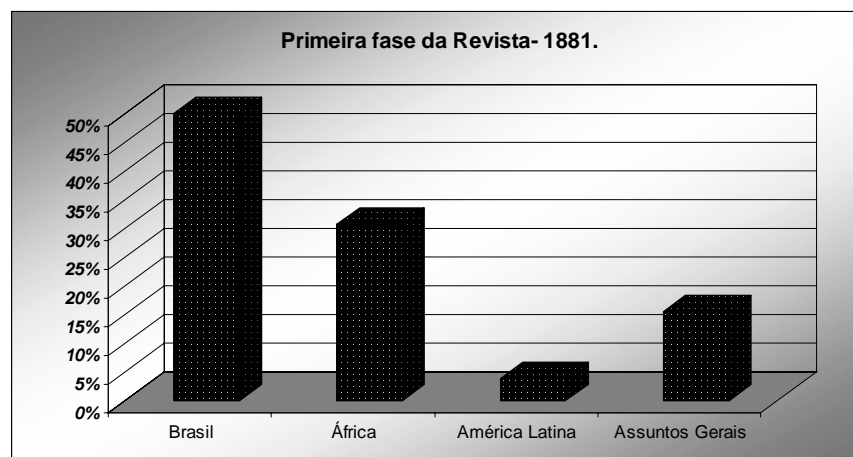
Não fugindo ao ecletismo da geografia – generosa mãe, sempre disposta a abraçar todos os temas – as discussões e artigos apresentam um amplo leque temático, versando sobre assuntos aparentemente tão díspares quanto a adoção de um meridiano único, a fauna e a flora brasileiras, a glótica, o tupi, a construção do Canal do Panamá, escavações de cidades na Babilônia, múmias no Egito etc.

Poucas foram as vezes em que se contou com ilustrações, à exceção do relato da expedição de Ladislau Netto³³, quando foram reproduzidos desenhos do autor. Somente em alguns raros momentos, quando da inclusão de atas de reuniões extraordinárias tratando de posse de diretorias, homenagens a expositores convidados, como também em algumas crônicas, consegue-se entrever os bastidores da Seção. Nas suas linhas gerais, os pronunciamentos da Redação são comedidos e escassas são as transcrições de opiniões.

A rigor, considerando-se somente os títulos listados nos sumários das revistas, não se detectaríamos alterações passíveis de serem consideradas como fases distintas do periódico, sob qualquer aspecto; afinal, os temas parecem estar distribuídos de forma a contemplar os objetivos explicitados quando da criação da Seção portuguesa: engajamento no movimento geográfico mundial, fundamentalmente a exploração do continente africano, e dados relativos ao território brasileiro.

Entretanto, ao olharmos com mais atenção a distribuição dos temas, tendo em vista a região abordada e as diretorias da Seção e da Revista, conseguimos demarcar três fases.

Na primeira delas, relativa a 1881, com o Barão de Teffé na presidência do grêmio e Fernando Mendes como redator em chefe³⁴, metade dos títulos focalizou o Brasil, enquanto os demais pontos do índice se distribuíam entre África, América Latina e demais partes do mundo (Gráfico 1).



Nessa fase, a Revista foi fiel depositária dos desígnios da “sociedade-mãe” em Portugal, mantendo-se entre a geografia brasileira, latino-americana e portuguesa, com inclinação maior para essa última, como se depreende dos festejos realizados quando da vinda do explorador luso Serpa Pinto³⁵ ao Rio de Janeiro, a que se dedicaram os três últimos números da Revista no ano de 1881.

Nessas revistas³⁶, inteiramente centradas no expedicionário luso, encontramos a reprodução dos discursos proferidos por várias personalidades ilustres, tais como o senador Francisco Correia, Ramalho Ortigão, o então presidente da Seção, barão de Teffé, e Alfredo de Escagnolle Taunay³⁷.

Nas palavras de Alfredo E. Taunay (representante das comissões militares), proferidas no Hotel dos Estrangeiros, encontra-se uma postura interessante que, sem deixar de enaltecer os feitos do major português, engrandeciam também as realizações dos brasileiros nos sertões de Mato Grosso.

Quase ao encerrar seu discurso, Taunay passou a focalizar nosso país e, de forma inaudita, faz um apelo ao expedicionário português para se recordar do Brasil; nesse apelo, viva, presente, a idéia de uma nação nova, não apenas um prolongamento português. Em Taunay, percebe-se, claramente, um outro programa para a geografia brasileira, distanciado da proposta lusa.

Na coleção de revistas, as referências à geografia faziam-se comumente por meio da utilização de expressões como “movimento geográfico”, “ciência geográfica” e “geografia moderna”. Geralmente, quando se empregava “movimento geográfico”, estava-se tratando do avanço colonial dos países europeus, incluindo-se nessa concepção tanto a idéia de descoberta como de conquista e aproveitamento de territórios. A expressão “ciência geográfica” também envolvia a exploração de terras, mas concebia especificamente uma exploração eficaz, com novos métodos e técnicas científicas; assim, a idéia de “geografia moderna” dizia respeito sobretudo aos avanços da ciência.

Cabe aqui destacar os artigos do presidente da Seção, Teffé, incluídos nos números da primeira fase da Revista: basicamente, resumos do discurso pronunciado na sessão pública de 4 de setembro de 1880, em defesa de seus trabalhos como demarcador de fronteiras do Império com a república do Peru³⁸.

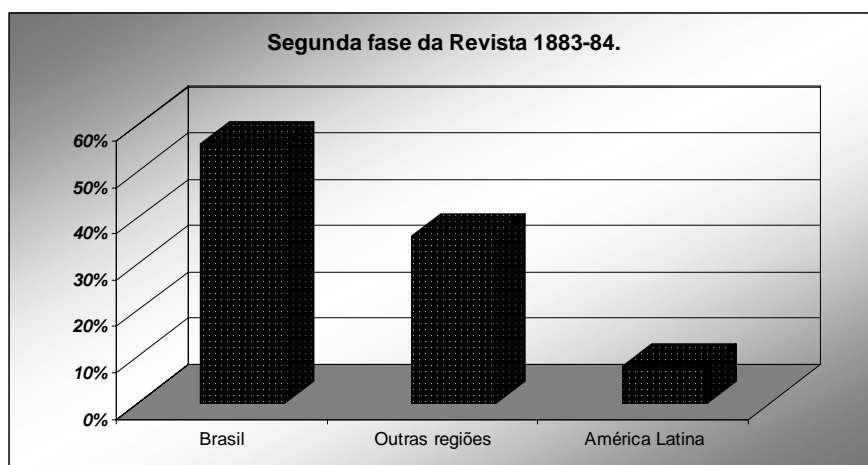
Na referida palestra, Teffé procurou esquivar-se dos ataques desferidos (por meio da imprensa e cartas) pelo barão de Ladário³⁹, seu antecessor na presidência da Comissão de Demarcação do Amazonas, criada em 1861 pelo governo brasileiro. O barão de Ladário afirmava que, ao fiar-se na orientação dos trabalhos de Teffé, o Império estaria anexando, indevidamente, território da república vizinha. Ao articular sua própria defesa, Teffé reabilitou a memória dos primeiros demarcadores, demonstrando amplo

conhecimento da história dos tratados de fronteiras. Seu discurso desfiou, fibra por fibra, a operação de consolidação do Império, desde os tempos remotos das bulas papais até o litígio em questão.

Os elementos encontrados no material da Revista produzido por Teffé, sem referência direta às concepções de geografia, quando relacionados à sua carreira de expedicionário, correspondente de guerra⁴⁰ e responsável pelo desenho das fronteiras brasileiras, ganham sentido. Para o barão, a geografia parecia se confundir com a própria missão exploratória, visão comum no século XIX.

É interessante notar que os demais autores dos artigos do primeiro ano da Revista, sob a administração de Teffé, parecem seguir a mesma linha de seu presidente quanto à despreocupação em relação às definições de geografia. Tanto o perfil da Revista quanto as concepções de geografia nesse período parecem refletir a verve pragmática de Teffé, estando estritamente relacionada à temática diretamente vinculada ao reconhecimento e à organização do espaço.

Dois anos após a cisão e a defecção de Teffé em 1881, novos grupos se sucederam na diretoria da filial. O primeiro deles, liderado pelo presidente da Seção, Ladislau Netto, e o chefe de Redação, Antonio de Serpa Pinto Junior, sucedidos em 1884 pelo presidente da Seção, Francisco Xavier Lopes de Araújo, barão de Parima, e Eduardo Brito Cunha. Durante todo esse período, até setembro de 1885, pudemos perceber alterações na distribuição dos temas (Gráfico 2).



Nesse caso, a mudança mais significativa esteve na supressão dos assuntos relativos à África da pauta da Revista, configurando-se, assim, a nosso ver, uma segunda fase que reuniu as gestões dos presidentes Ladislau Netto e barão de Parima⁴¹.

Desde sua retomada, carregou-se com mais força nas tintas brasileiras. A linha da edição parecia estar traçada: em primeiro lugar, a geografia do Brasil e não a exaltação das explorações em África como queriam os portugueses. E foi assim que os trabalhos sobre os índios do nosso sertão, seus costumes e linguajar ganharam relevo na publicação.

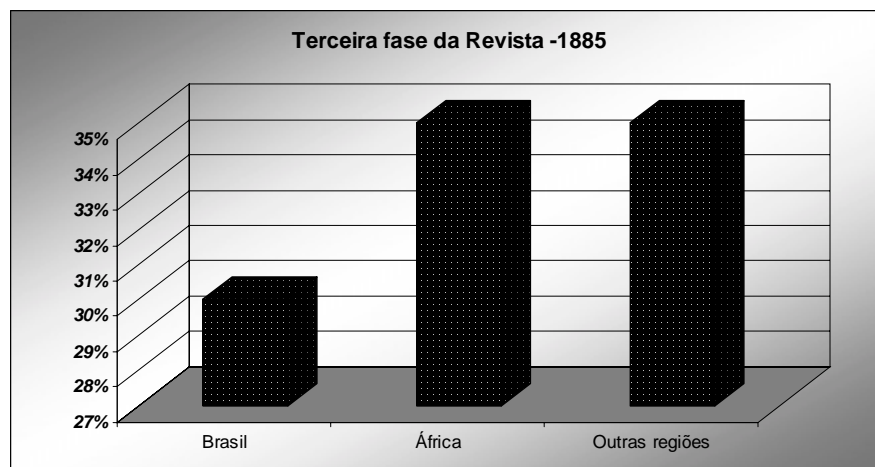
O índice do periódico nessa segunda fase parecia refletir o tom do diapasão ideológico do presidente da Seção, Ladislau Netto. Afinal, Ladislau, diretor do Museu Nacional entre 1870 e 1890, grande impulsionador da antropologia e da arqueologia no país⁴², acreditava ser necessário desenvolver essas ciências, já com certa tradição no Velho Mundo, para que pudéssemos entrar para o concerto das nações civilizadas. Na sua concepção, o estudo das culturas indígenas americanas deveria ter a mesma dimensão

daqueles realizados sobre as culturas antigas na África e Ásia. Para ele⁴³, o *modus vivendi* dos índios da América poderia estar na origem das culturas européias, ao contrário do que era voz corrente acreditar.

Na gestão que sucedeu à de Ladislau, ancorada no barão de Parima, o perfil da Revista assemelha-se ao precedente; assim, Mendes Pereira deu prosseguimento aos seus estudos sobre o ‘neengatú’, enquanto Noronha Torrezão arriscou um artigo sobre a Velha América em mais um ensaio sobre os tupis. Em fins de 1884, organizou-se um fascículo⁴⁴ nos moldes anteriores, contando agora com a contribuição de Capistrano de Abreu.

Durante as administrações dos presidentes Ladislau Netto e barão de Parima, houve um evidente afastamento em relação às discussões sobre a África que tanto interessavam a Lisboa e que motivaram a criação da Seção. Entretanto, no que diz respeito às visões de geografia, essa segunda fase não se diferencia da primeira. Nos dois momentos, a prioridade foi “fazer geografia”, trazendo expedicionários ou reproduzindo relatos de incursões aos sertões. Permanecia em jogo uma definição de geografia como exploração de territórios.

Em fins de 1885, o almirante Jaceguay assume a presidência da Seção, enquanto Zeferino Cândido⁴⁵ se elegia redator em chefe. A distribuição dos temas mais uma vez se alterou: pela primeira vez, o tema ‘África’ superou, em número, os relativos ao Brasil. A América, tão presente nas reflexões de Ladislau Netto, foi tirada do horizonte, inexistindo artigos sobre ela naquele momento (Gráfico 3).



Produção gráfica: Diógenes Santos

Na verdade, a gestão de barão de Jaceguay imprimiu um novo perfil à Revista. Nessa fase⁴⁶, a simples leitura do “Sumário” já denota algumas diferenças, como a inclusão da ata de posse da diretoria (a única incluída em toda a coleção), artigos intitulados “Política Colonial” e os “Resumés” anteriormente descritos. A partir de então, as discussões sobre a disputa dos territórios africanos se tornaram mais frequentes e os artigos passaram a apresentar características distintas das apresentadas ao longo de toda a publicação: sob essa direção, a Revista parece transpirar os ideais colonialistas portugueses, com viés abertamente pró-lusitano.

Os artigos acerca do Brasil, na sua maioria, restringiram-se à reprodução de trabalhos versando sobre a fauna e a flora dos territórios do Império, produzidos no século XVI. Alguns deles comentados por Capistrano de Abreu⁴⁷, que, a essa altura, integrava os quadros da Seção.

Desde o número inicial dessa fase, a Revista ganhou novos ares. Se na declaração de abertura a equipe de redação promete notícias do movimento geográfico geral e declara seu interesse pela corografia

brasileira (não aparentando destoar do que fora a fase anterior), nos discursos reproduzidos na ata da sessão de posse da nova diretoria emerge o desejo de diferenciação desse grupo em relação às diretorias progressas.

Cabe aqui chamar a atenção para a composição desse “novo grupo gestor” da Seção em relação aos que lhe antecederam, pois se percebe uma concentração de portugueses radicados nos postos-chaves, ao redor de Jaceguay. Assim, temos José Ferreira de Araújo⁴⁸ como vice-presidente da Seção; Zeferino Cândido, na qualidade de diretor da Revista, a reinar em confortável maioria, ao lado de Felipe Pestana. Sem contar com a atuação sempre constante do representante do Gabinete Português de Leitura, Ramalho Ortigão. Somente Capistrano de Abreu e Jaceguay não pertenciam à colônia portuguesa, mas eram muito ligados a ela⁴⁹.

Nesse período, a Revista fez sua estréia com um artigo de Zeferino Cândido intitulado “Política Colonial”. Por meio de uma arguta análise, com riqueza de detalhes, Zeferino Cândido apresenta ao leitor o quadro de disputa entre as potências da Europa. Ainda nesse universo, encontramos um exemplar inteiramente dedicado à comemoração dos feitos em África de Roberto Ivens e Hermenegildo de Brito Capello⁵⁰.

A situação, no entanto, é bem diversa daquela descrita em relação às homenagens dedicadas a Serpa Pinto, em 1881. Nessa última fase da coleção de Revistas, os pronunciamentos de Joaquim Abílio Borges⁵¹, membro relator da Comissão de Estudos sobre Portugal e suas colônias, e as do sócio eleito orador pela Seção – Antônio Zeferino Cândido – ganham outro patamar, pois, no discurso de ambos, não há menção ao Brasil, uma sequer!

Abílio Borges canalizou seu discurso para uma descrição quase bíblica das explorações de Capelo e Ivens, enquanto Zeferino Cândido entrelaçou os feitos de antigas dinastias ibéricas, da reconquista da península, passando pela formação do reino de Portugal, até aquele momento, de retomada da colonização em África por portugueses. Zeferino⁵² justifica a colonização como meio de se levar a civilização ao continente que, a partir do século XVI, teria estado nas mãos de holandeses, mais interessados em pilhar do que educar.

A farta alusão às concepções de geografia também diferenciava essa fase da Revista das outras. Para o almirante Jaceguay, em seu discurso de posse na presidência da Seção, a geografia era uma ciência universal abarcando tudo:

O mais rude e ignaro marujo é um geógrafo, sem o saber [...]

E, em verdade, senhores, o homem do mar, ainda aquele a quem cabe o mais modesto mister na arte da navegação, é sempre um fator do desenvolvimento da ciência, que terá por objetivo conhecer e descrever a terra na infinita variedade dos aspectos da triplíce vida que se agita nesta célula do sistema universal, habitáculo (*sic*) da família humana⁵³.

Ao que parece, Jaceguay, adido naval em várias cortes européias⁵⁴, estaria familiarizado com a idéia das grandes sínteses globais, bastante difundida durante os séculos XVIII e XIX naquele continente, quando, diante do gigantesco afluxo de informações, decorrente de explorações, os homens de ciência se empenharam em inventariar e organizar o material recolhido. Naquela conjuntura, a geografia era entendida muitas vezes como o campo de estudos da Terra, essa última encarada como um organismo⁵⁵. Mesmo assim, apesar de a preocupação maior em defini-la, Jaceguay não deixa de lado a idéia de geografia como exploração dos territórios.

Em uma retrospectiva de nossa classificação dos conteúdos da coleção de Revistas editadas pela

Seção, podemos perceber que o afã da exploração, sem dúvida, permeava todas as suas fases, unificando tendências e projetos de geografia. Não havia questionamento quanto à necessidade da colonização.

Contudo, enquanto um grupo sonhava com os sertões africanos, os demais pensavam nos sertões do Brasil: em jogo, projetos diferentes para a geografia nacional. A linha de clivagem da Seção que nos permitiu delimitar fases na Revista e dividiu, provavelmente, os institutos de geografia do Rio, esteve calcada no desencontro quanto à concepção de nação.

A questão nacional como provável divisor de águas das geografias do Império

No Brasil de fins do século XIX, o sentimento de brasilidade não havia ainda tomado forma nem consistência. Durante um longo tempo, a lealdade dos homens que habitavam essas paragens se dirigiu mais às províncias nas quais viviam e menos à distante nação brasileira, da qual pareciam não tomar parte. O mesmo ocorreu com a ambígua noção de pátria, muitas vezes pintada com as cores locais, enquanto a identidade brasileira edificou-se por oposição aos estrangeiros, sem a forte sensação de pertencimento ao país⁵⁶. Por ocasião da Independência, o que havia era ressentimento antilusitano, porém restrito às camadas médias e populares das grandes cidades costeiras. Em fins do século XIX, ainda se ouvia dos representantes do Império declarações considerando os brasileiros como os portugueses da América⁵⁷.

Em algumas ocasiões, em movimentos cívicos como o da Guerra do Paraguai e as campanhas abolicionistas, durante o Império, desenhava-se com maior nitidez o caráter nacional. Mesmo assim, com a República e a eliminação da dinastia portuguesa, muito ainda se buscou fazer com o intuito de se solidificar o sentimento nacional⁵⁸.

As afirmações contidas no livro de José Veríssimo⁵⁹, *A Educação Nacional*, publicado na aurora da República, parecem confirmar esse diagnóstico. Segundo o autor, tudo ainda estava por fazer quanto à construção de uma educação verdadeiramente nacional, inexistente no Brasil de 1890 – esta considerada como condição para o fortalecimento do sentimento nacional. Para Veríssimo, tal sentimento não se confundia, entretanto, com o caráter nacional. Não faltava ao Brasil esse último, tendo em vista a nossa unidade lingüística, de religião etc. Aqui, reclamava o literato, não havia orgulho dos homens e dos feitos, mas sim dos elementos da natureza. No Brasil, ressaltou, “há baianos, há paraenses, há paulistas, há riograndenses. Raro existe o brasileiro”.

Consternado com a pobreza desse sentimento entre os brasileiros, o professor arrolou em seu texto alguns dos sintomas dessa fragilidade. Nosso jornalismo não se ocupava do Brasil, raros eram os livros sobre as coisas brasileiras (excetuando os romances), não tínhamos museus, monumentos e festas nacionais. Nossos livros, mesmo quando escritos por nacionais, não tinham o espírito nacional, não incutiam o sentimento de amor à pátria. Existia, sim, profunda ignorância acerca de nós mesmos e um espírito público onde o sentimento provincial se antepunha ao nacional.

Preconizando a organização consciente da instrução pública, como forma de romper o isolamento do espírito nacional, Veríssimo realizou, então, diagnóstico devastador do ensino no país, em todos os seus níveis. Terminou por propor um verdadeiro programa de educação nacional. No Brasil, onde estrangeiros conheciam melhor do que os nacionais suas gentes e terras, cabia à história, à geografia e à educação física a primazia no processo de construção da nossa identidade.

Para o autor, em nossas escolas, a geografia resumia-se a citações de nomes europeus e à geografia pátria, árida denominação, em geral, circunscrita aos programas. No então denominado curso primário, a geografia não ultrapassava uma “decoreba bestial”; no secundário, era ministrada de forma apressada e precipitada, objetivando o exame, não havendo estudo superior da matéria. A Politécnica formava engenheiros-geógrafos, mas ali os conhecimentos geográficos ficavam restritos a um estreito ponto de vista matemático e de agrimensura.

A geografia do Brasil tinha poucos compêndios, mal escritos e sem valor pedagógico. Quase ninguém dedicava atenção a escrever sobre sua própria região; havia carência de cartas e mapas; sabíamos do nosso país por intermédio de estrangeiros. Estávamos, assim, muito “longe dos excelentes trabalhos alemães, ingleses, americanos ou franceses”.

Os franceses, após o desastre de Sedan, humilhados e movidos pelo espírito revanchista, jamais se esqueceram da necessidade de se aprender geografia, enquanto a geografia alemã, superiormente cultivada nas universidades e secundada pela história, preparou de longa data a unidade do reino. Tínhamos bons exemplos de geografia pátria, tanto na França como na Alemanha, mas, aqui, isso parecia não importar.

Se esse era o panorama do sentimento de brasilidade, no período final do Império, impreciso e volátil, seria oportuno descrever de forma mais acurada as diferentes visões do “nacional”.

Como primeiro passo, procuramos o diálogo com a historiografia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Ainda que as discussões relativas ao intrincado processo de construção da idéia de nação não tenham ficado circunscritas àquela casa, dele jorraram propostas para nação – quando não, o IHGB, na sua prolongada trajetória, foi um importante interlocutor de grupos envolvidos com projetos para o país.

Criado em 1838, no bojo do processo de consolidação do Estado nacional, o IHGB nasceu articulado à necessidade, intrínseca a todo e qualquer Estado nascente, de se “delinear um perfil para a nação brasileira capaz de lhe garantir uma identidade própria⁶⁰.”

No Império nascente, após a independência, a idéia de uma nação como transplante da civilização européia na América tropical grassou entre nossa elite. Entretanto, essa visão se desdobrou em outras tantas, que se alternaram e mesmo conviveram com outras ao sabor da política no século XIX⁶¹.

Ainda em 1847, em busca de um traçado para a história que se pretendia criar, o IHGB lançou um concurso com o tema “Como se deve escrever a história do Brasil”. No texto vencedor, formulado por Karl Friederich von Martius, o cientista bávaro reconhecia a diversidade regional e cultural do Brasil. Para ele, a população brasileira resultava de uma mistura singular de raças: do português, nação pequena e povo ativo, vindo aqui para fazer um novo Portugal, provinham as condições e garantias morais e físicas para um reino independente. Dos índios e negros, os incrementos para o desenvolvimento físico e moral e civil da totalidade da população⁶².

Martius venceu o concurso, contudo, suas idéias apregoando uma identidade morena não vingaram⁶³, pois no IHGB prevaleceu a concepção de que a cultura indígena não fornecia elementos significativos para a edificação de uma cultura nacional⁶⁴.

Nas suas linhas gerais, a feição da história pátria e da geografia nacional, que terminou por crescer naquele estabelecimento de história, restringiu-se aos marcos de compromissos com a tarefa civilizadora, iniciada pela colonização portuguesa. Seus fundadores⁶⁵ tiveram como norte a idéia de continuidade, pois para eles a monarquia, instaurada em 1822, apresentava-se como sucessora do império ultramarino português. A geração que se sucedeu àquela manteve, com zelo, a memória construída, ao menos até a República⁶⁶.

Essa imagem do país, como presença branca, cunhada em grande parte no IHGB, distanciou-se da vertente literária onde a singularidade do nativo foi sublinhada e enaltecida.

Enquanto o IHGB valorizava o elemento português, muitas correntes o detrataram, responsabilizando Portugal e a monarquia pelo atraso brasileiro; essa última vista como a personificação do projeto de continuidade lusa.

Em 1861, o político abolicionista Tavares Bastos escreveu um dos primeiros textos associando o sistema colonial português à origem dos nossos males, lançando assim os germes da polêmica entre os grupos que tinham a cultura anglo-saxônica em alta conta e aqueles, ditos “iberistas”, advogados do legado das culturas portuguesa e espanhola.

Para explicar os flagelos que grassavam em nossas terras, como a corrupção e o crime, Bastos voltou ao início da história moderna, encontrando no absolutismo, principalmente em Portugal, a origem de nossas desventuras. A nobreza cavalheiresca que definhava “a industriosa raça hebraica, perseguida”, a brutalidade do clero e o fortalecimento de uma nobreza indolente explicariam nossos infortúnios. Para o autor, a história interna da metrópole aclarava a fisionomia da colônia.

A rejeição em relação à herança lusitana reacendeu-se no último quartel do século XIX. Desde então, lentamente, e de vários pontos do país, grupos de oposição ao *status quo*, sob diversas formas, enfrentaram a ordem estabelecida. A contestação ganhou as ruas com as campanhas abolicionista e republicana. Entre essa miríade de grupos descontentes, correntes antilusitanas tomaram fôlego, muitas vezes associadas a outros modelos de Brasil, principalmente aqueles identificados com os Estados Unidos da América (EUA)⁶⁷.

Tal admiração pela grande república anglo-saxônica transpareceu freqüentemente entre os grupos liberais e republicanos, enquanto monarquistas defendiam com ardor o legado ibérico. Este foi o caso de Eduardo Prado⁶⁸, ao escrever *A Ilusão Americana*, no auge da campanha monarquista contra a República instaurada.

O autor procurou alertar sobre a falácia da amizade dos Estados Unidos em relação às nações latino-americanas, tão propalada pela república brasileira. Nessa linha, fez um histórico das relações entre os norte-americanos e o Brasil, demonstrando as incontáveis traições dos primeiros: durante a formação do Império, quando os EUA custaram a reconhecer o Império, e outros episódios.

Enquanto um Brasil republicano e americanista ganhava força, a figura do monarca, sua presença e a da família real tornaram-se progressivamente alvo das críticas de alguns setores. A contradição, sempre presente, de império independente, mas visceralmente ligado à dinastia portuguesa, parecia se desfazer em favor de uma nova realidade, que via ascender, com força, as tendências que buscavam desembaraçar-se de suas raízes ibéricas.

Quando Lisboa criou, no Rio de Janeiro, uma Seção de Geografia, fê-lo nos moldes de uma política de continuidade, como a do IHGB, a pensar o Brasil como prolongamento português, porém mais exacerbada, pois da geografia requeria adesão imediata na urgente tarefa de manter os territórios africanos. Em algumas gestões da Seção, a proposta lusa foi atenuada. Como vimos no período de Ladislau Netto, a Revista veiculou artigos muito próximos do romantismo, procurando justificar a inclusão da cultura indígena na civilização nacional, pensada como costura entre o elemento português e o nativo.

Com o aproximar da República e a sua instauração, os integrantes da Seção viram estreitar seus horizontes, cada vez mais imprensados entre duas posições: de um lado, compunham um grêmio filiado ao instituto português, sob a proteção de D. Pedro II, personificando, portanto, a monarquia e os interesses lusos no Brasil; de outro, sensibilizavam-se com o verdadeiro levante de novos e convidativos projetos para o Brasil.

Os outros grêmios de história e geografia, diante das mesmas circunstâncias, terminaram por se adequar aos novos tempos. A sobrevivência da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, bem como do IHGB, imagina-se tenha sido obtida por intermédio de uma política de descolamento de seus projetos em relação às antigas propostas de Império (à imagem e semelhança de Portugal), sacrificando-se, assim, as relações, outrora tão estreitas, com a monarquia.

A guinada dada pela Seção nos seus derradeiros momentos, expressa na última fase da Revista, tornando-se menos brasileira e mais portuguesa, engajando-se profundamente ao projeto de um Brasil como continuidade ibérica, atrelou definitivamente sua sorte à do Império. Este, ao ruir, esvaziou de sentido a existência da filial da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil.

A geografia nacional, com o significado que lhe emprestou Veríssimo, isto é, focada no Brasil e realizada por brasileiros, não coube na filial de um instituto português, pois ali havia que manter as prioridades indicadas por Portugal.

Nessa conjuntura, Portugal deveria cruzar novamente o Atlântico, de volta. A pátria de uns não deveria mais ser confundida com a de outros. O Brasil tentava separar-se definitivamente do legado ibérico.

NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Cristina Pessanha Mary é doutoranda do Programa de História Social do IFCS/UFRJ e professora assistente do Departamento de Geografia da UFF. Endereço: Rua João Pessoa, 365, Icaraí, Niterói. CEP. 24.220-330. Rio de Janeiro E-mail: cpma@centroin.com.br. Este artigo apresenta os resultados de parte da tese de doutorado A Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil, 1878-1888: um projeto de geografia para o Brasil, em andamento no Programa de Pós-Graduação em História Social do IFCS/UFRJ, sob orientação do professor Manuel Luiz Lima Salgado Guimarães. Buscamos, ainda, incorporar as sugestões dos componentes da banca de qualificação, Carlos Walter Porto Gonçalves e José Murilo de Carvalho. Desnecessário lembrar que o conteúdo final deste artigo é de nossa inteira responsabilidade.

- 1 A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro (SGRJ) foi criada em 1883 por um grupo de figuras da política da elite do Império ao redor do senador Francisco Correia. CARDOSO, Luciene Pereira Carris. *A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: identidade e espaço nacional (1883-1909)*. 2003. 220p. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, abr. 2003. PEREIRA, Sergio Nunes. 2003. 187p. Tese (Doutorado em Geografia). *Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: origens, obsessões e conflitos (1883-1944)* – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.
- 2 Vários estudiosos não deixaram de sublinhar a relevância desses institutos como entidades capazes de reunir os interessados no desenvolvimento e divulgação da então ciência moderna; na medida em que se conectavam com outras instituições científicas, editavam boletins e organizavam congressos científicos. Sobre as sociedades geográficas: CAPEL, Horacio. *Filosofia y ciencia en la geografía contemporánea: una introducción a la geografía*. Barcelona: Temas Universitarios Barcanova, 1981. ESTEBAN, José Antonio Rodriguez. *Geografía y colonialismo: la sociedad geográfica de Madrid (1876-1936)*. Madrid, UAM Ediciones, 1996. DRIVER, Felix. *Geography militant: cultures of exploration and empire*. Oxford, UK / Malden, MA: Blackwell Publishers, 2001. GODLESWSKA, Anne e SMITH, Neil (Orgs.). *Geography and empire*. Londres: Institute of British Geographers, 1994.
- 3 A Sociedade de Geografia de Lisboa ainda se mantém em atividade. Com as mudanças advindas no rastro das independências dos territórios coloniais, no entanto, ela perdeu seu sentido original. Atualmente, a SGL não passa de vestígio imponente de uma época perdida, ela própria, monumento de uma história que não pode mais contar. Para maiores detalhes sobre a campanha colonialista da SGL: GUIMARÃES, Ângela. *Uma corrente do colonialismo português*: a Sociedade de Geografia de Lisboa (1875-1895). Porto: Livros Horizonte, 1984.
- 4 Esforço escorado, principalmente, na exploração dos territórios africanos que, em fins do século XIX, viam-se na iminência de passarem às mãos de outras potências como Bélgica, Inglaterra, França.
- 5 LÓPES-Ocón, Leôncio. Les sociétés de géographie: un instrument de diffusion scientifique en Amérique Latine au début du XX siècle (1900-1914). In: PETITJEAN, Patrick (Dir.). *Les sciences hors d'occident au XXè siècle. V. 2. Les sciences coloniales: figures et institutions*. Paris: ORSTOM, 1996.
- 6 Nessa linha, consultar: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de sua majestade imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). In: *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, a. 156, n. 388, p. 459-613, jul.-set. 1995. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. O império de Santa Cruz: a gênese da memória nacional. In: *Ciência, civilização e império nos trópicos*. HEIZER, Alda e VIDEIRA, Antônio Augusto Passos (Orgs.). Rio de Janeiro: Access, 2001. GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988. SCHWARCZ, Lília Moritz. *Os guardiões de nossa história oficial: os institutos históricos e geográficos brasileiros*. São Paulo: IUPERJ, 1989.
- 7 CARDOSO, Luciene Pereira Carris, op. cit. EVANGELISTA, Hélio de Araújo. A Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. *Revista Geo-Paisagem* (on-line), v. 1, n. 1, jan.-jun. 2002. PEREIRA, Sergio Nunes, op. cit.: ZUSMAN, Perla Brigida. *Sociedades geográficas na promoção do saber a respeito do território: estratégias políticas e acadêmicas das instituições geográficas na Argentina (1879-1942) e no Brasil (1838-1945)*. 1996, 209 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – PROLAM (Programa de Pós-

- Graduação em Integração da América Latina). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996. p. 94.
- 8 Da lista dos convidados para o ato de fundação da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil estiveram presentes: visconde de Borges Castro; barão de Tefé ou Antônio Luis Von Hoonholtz; visconde de São Salvador de Mattosinhos; Benjamin Franklin Ramiz Galvão; Boaventura Gonçalves Roque; Cândido Mendes de Almeida; Augusto Emilio Zaluar; Francisco Maria Cordeiro de Souza; general Henrique Pedro Carlos de Beaupaire Rhoan; João Marçal Moreira Pacheco; Lucas da Costa Faria; Miguel Ribeiro Lisboa; Pedro Gastão Memier; Wenceslau de Souza Guimarães. Justificaram ausência: barão da Ponte Ribeiro e Ladislau de Souza Mello e Netto. *Revista da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil*, 1. série, t. 1, n. 1, abr. 1881. 33p.
 - 9 O visconde de São Januário, ou Januário Correia de Almeida, primeiro presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil e também seu presidente honorário, construiu uma carreira de sucesso em Portugal, tanto nas fileiras militares (pasta da Marinha e do Ultramar em 1880 e pasta da Guerra em 1886), quanto na administração de territórios coloniais. *Nobreza de Portugal*. Lisboa: Editorial Enciclopédia, 1961.
 - 10 *Revista da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil*, 1. série, t. 1, n. 1, abr. 1881. 33p.
 - 11 Hoje se sabe que o regime de exploração implantado no Estado Livre do Congo, criado por Leopoldo II na década de 1880, foi um regime atroz, estruturado com base em massacres sistemáticos da população nativa, refém das companhias concessionárias, que rateavam com o rei os lucros provenientes do marfim e da borracha da região. As atrocidades cometidas só vieram a ser denunciadas na virada para o século XX, após árdua campanha de jornalistas e missionários, que terminaram por sensibilizar a opinião pública contra o rei belga. No período em questão, a imagem de um rei ligado à filantropia foi comum. HOCHSCHILD, Adam. *O fantasma do rei Leopoldo: uma história de cobiça, terror e heroísmo na África colonial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.
 - 12 *Revista da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil*, 1. série, t. 1, n. 1, abr. 1881. 33p.
 - 13 Embora os fins sociais enumerados nos Estatutos da Seção no Brasil fossem de caráter geral, salientando as explorações científicas e a dedicação ao conhecimento dos fatos e documentos relativos à geografia do Brasil, o Regimento Interno da Seção dispôs sobre a criação de uma Comissão do Fundo Africano, destinada à obtenção de fundos para as explorações preconizadas por Lisboa. Esse dispositivo foi um instrumento da “coadjuvação recíproca” entre Brasil e Portugal. Estatutos da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia de A. Marques & Cia., p. 1, 1878. Regimento Interno da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil. Rio de Janeiro: Tipografia de Almeida Marques, p. 14, 1880.
 - 14 A biografia de Cândido Mendes de Almeida (1818-1881), primeiro presidente da SSG, revela uma carreira de destaque, iniciada com o bacharelato em ciências jurídicas e sociais, em Olinda, no ano de 1839. Professor da cadeira de geografia e história no Liceu de São Luis, foi também promotor público e deputado, tendo chegado ao Senado em 1871. Destacou-se na política e foi defensor intransigente dos valores do catolicismo. Sua produção versou sobre o direito e o que hoje denominamos história e geografia: no escopo dessa última, publicou o Atlas do Brasil. IGLÉSIAS, Francisco. *Historiadores do Brasil: capítulos da historiografia brasileira*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Belo Horizonte: UFMG, IPEA, 2000.
 - 15 Marechal Henrique Pedro Carlos de Beaupaire Rohan, filho do conde de Beaupaire, formou-se em ciências físicas e matemáticas; ao atingir o posto de tenente-coronel, transferiu-se para a arma de engenharia. Deve-se ressaltar sua importância para a cartografia brasileira, tendo chefiado a comissão de levantamento da Carta Geral do Império ao lado do barão da Ponte Ribeiro. Na política, foi presidente das províncias do Pará e Paraíba, ocupando a pasta da Guerra. TAPAJÓS, Vicente e TÓRTIMA, Pedro (Orgs.). *Dicionário biobibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros*, v. 4. Rio de Janeiro, IHGB, 1993.
 - 16 Borges Castro e Francisco Maria Cordeiro pertenciam ao corpo diplomático português.
 - 17 Barão de Tefé, ou almirante Antônio Luis Von Hoonholtz (1837-1931). Sócio honorário do IHGB, atuou também na SGRJ integrando o grupo fundador. Esteve envolvido com as atividades de exploração dos sertões brasileiros, destacando-se sua atuação na comissão de demarcação do Império em 1871. TAPAJÓS, Vicente e TÓRTIMA, Pedro (Orgs.). *Dicionário biobibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros*, v. 4. Rio de Janeiro, IHGB, 1993.
 - 18 *Revista da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil*, 1. série, t. 1, n. 1, abr. 1881. 33p.
 - 19 Inegavelmente, a figura do major Alexandre de Serpa Pinto não pode ser dissociada das expedições por ele realizadas. Ainda que sua biografia contenha fatos como sua amizade com D. Luiz e o governo de Cabo Verde, foram suas incursões na África que o transformaram em lenda nacional. Sua obra – *Como eu atravessei a África* – apresentada em dois volumes – *A carabina d’el-rei e A família Coillard* – imortalizaram-no.
 - 20 O mal-estar com a tentativa de transformação da Seção em grêmio nacional foi evidente e manifestou-se no recuo de figuras proeminentes como o estadista e diplomata visconde de São Januário (primeiro presidente da matriz e sócio honorário da filial). Ele aprovou de imediato a criação da Sociedade do Rio para, logo em seguida, recuar, contribuindo, assim, para pôr fim às pretensões “separatistas”. Para uma análise desse episódio: MARY, Cristina Pessanha. Seção e secessão. In: _____. *A Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil, 1878-1888: um projeto de geografia para o Brasil*. Tese em andamento no Programa de Pós-Graduação em História Social do IFCS/UFRJ.
 - 21 A elite imperial brasileira possuía diversas faces diferentes, burocrática, política etc. No entanto, até a fase final da monarquia, sua característica maior consistia na coesão explicada, dentre outros fatores, por certa unidade ideológica, provinda de socialização e treinamento comuns, como, por exemplo, o fato de obterem sua formação na Universidade de Coimbra. CARVALHO, José Murilo. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
 - 22 O visconde, proprietário do periódico “O Paiz”, era irmão do conde de Mattosinhos, uma das mais importantes personalidades da colônia portuguesa radicada no Rio. CARVALHO, José Murilo. O povo do Rio de Janeiro: bestializados ou bilontras? In: *Revista Rio de Janeiro*, Niterói, v. 1, n. 3, p. 5-15, ago. 1986.
 - 23 Emilio Zaluar (1826-1882), português naturalizado, escreveu, dentre outras, a que tem sido apontada como uma das primeiras obras de ficção científica no Brasil. *O Doutor Benignus*. CARVALHO, José Murilo. Benigna ciência. In: *O doutor Benignus/Augusto Emilio Zaluar*. 2. ed. LYRA, Helena Cavalcanti de e SAVELLI S. do Couto (Orgs.). Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1994.
 - 24 Boaventura Gonçalves Roque, ou visconde de Rio Vez, foi presidente do Gabinete Português de Leitura no período 1871-1873. Como ele, seus colegas na Seção, Ramalho Ortigão, Eduardo Lemos e Wenceslau de Sousa Guimarães, também presidiram o gabinete em diferentes etapas.
 - 25 Benjamin Franklin Ramiz Galvão ou barão de Ramiz (1848-1938), também bacharel em ciências e letras, era formado pela Escola de Medicina do Rio de Janeiro. TAPAJÓS, Vicente e TÓRTIMA, Pedro (Orgs.). *Dicionário biobibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros*, v. 4. Rio de Janeiro, IHGB, 1993.
 - 26 Ângelo Agostini, jornalista de origem italiana, famoso principalmente em função de suas charges em prol das campanhas abolicionistas, publicadas, por exemplo, na “Revista Ilustrada”.
 - 27 *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, v. XXIV. Lisboa, Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia Limitada, 1960. 40v.
 - 28 André Rebouças (1838-1898), engenheiro militar por formação, chegou a se envolver em algumas obras públicas. Liberal de idéias abolicionistas, tendo participado da fundação de algumas sociedades com esse fim. Com a República, parte juntamente com a família real para o exílio. CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan: IUPERJ-UCAM, 1998.
 - 29 Carlos Maximiano Pimenta de Laet, engenheiro de formação, foi jornalista, professor do Colégio Pedro II e também presidente do Círculo Católico. TAPAJÓS, Vicente e TÓRTIMA, Pedro (Orgs.). *Dicionário biobibliográfico de historiadores, geógrafos e antropólogos brasileiros*, v. 4. Rio de Janeiro, IHGB, 1993.
 - 30 COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais: medicina, engenharia e advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

- 31 No caso do presente artigo, estamos entendendo como "diretoria" os presidentes da Seção e o chefe de redação. Sucederam-se nessas funções, respectivamente: o barão de Tefé e Fernando Mendes de Almeida (1881); Ladislau Netto e Antônio Serpa Pinto Junior (1883); o barão de Parima e Eduardo Brito Cunha (1884); o barão de Jaceguay e Zeferino Cândido (1885-1886).
- 32 Segundo José Fellipe Pestana, guarda-livros, naquele período responsável pelas crônicas, elas procuravam abranger todas as especialidades possíveis. De fato, o leque temático das crônicas conseguiu a proeza de ser mais variado do que o da Revista em si, mesmo porque os assuntos eram ali abordados de forma mais aligeirada. De qualquer forma, durante a segunda série, quando Pestana, um português de idéias abolicionistas, passou a assiná-las, os assuntos relativos à África passaram a predominar na pauta. *Revista da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil*, 2. série, n. 1, set. 1885. BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1883-1902, 7 v.
- 33 NETTO, Ladislau. Trechos de uma excursão no baixo Amazonas I. In: *Revista da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil*, 1. série, t. II, n. 1, p. 10-19, ago.-set.-out. 1883. Do notável currículo de Ladislau Netto, botânico pela Academia de Ciências de Paris, assinala-se seu papel como diretor do Museu Nacional, entre 1874 e 1894, destacando-se ainda seus trabalhos voltados para a cultura indígena americana (hábitos, línguas e a análise de inscrições antigas).
- 34 De acordo com o Título VII do Regimento da Seção, em vigor desde julho de 1880, o redator em chefe, eleito em Assembléia Geral, tinha a seu cargo a direção intelectual e material da Revista. Entretanto, segundo a mesma fonte, cabia ao presidente da Seção decidir sobre qualquer recurso apresentado em relação às decisões do responsável pela Revista: sendo assim, concluímos que a autonomia do redator em chefe era relativa. Para não sobrecarregar o leitor, denominamos cada fase da Revista segundo os nomes dos presidentes da Seção.
- 35 Alexandre Serpa Pinto (1846-1900), major português, destacou-se por inúmeras expedições realizadas em território africano, mormente durante a fase aguda da disputa colonial em torno do controle da África Central. A sua produção literária, a relatar suas aventuras no continente, também contribuiu para sua fama. Foi sócio honorário da Sociedade de Geografia de Lisboa e também do IHGB. TAPAJÓS, Vicente e TÓRTIMA, Pedro (Orgs.). *Dicionário biobibliográfico de sócios estrangeiros (século XIX)*, v. 1. Rio de Janeiro: IHGB, 2001.
- 36 *Revista da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil*, 1. série, t. 1, n. 1, abr. 1881. 33p.
- 37 Alfredo E. Taunay ou visconde de Taunay, militar de carreira, dedicou-se à política. Títulos como *Inocência* e *A Retirada de Laguna* o consagraram no campo literário.
- 38 *Revista da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil*, 1. série, t. 1, n. 1, abr. 1881. 33p.
- 39 José da Costa Azevedo ou barão de Ladário (1825-1904) iniciou carreira como guarda-marinha em 1839, tendo servido na Marinha norte-americana. Galgando vários postos até chegar ao almirantado, serviu na Guerra do Paraguai e na sua seqüência foi nomeado ministro da Marinha em 1869. Conselheiro do imperador, trabalhou na determinação dos limites entre o Império e a república do Peru. Ainda que as instruções para demarcação dos limites entre os dois países tivessem sido dadas em 1861, vários anos decorreram para que o trabalho finalizasse, entremeados por conflitos com índios.
- 40 SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- 41 Francisco Xavier Lopes de Araújo ou barão de Parima (1828-1886), formado em engenharia pela Escola Militar, chegou ao posto de coronel. Dentre suas atividades, destacam-se: o levantamento da Carta do Rio de Janeiro, as demarcações de fronteiras, a direção do Observatório Nacional, bem como o fato de ter sido lente de astronomia na Escola Central. BARRETO, Luiz Muniz. *Observatório Nacional, 160 anos de história*. Rio de Janeiro: MCT, CNPQ, Observatório Nacional, Academia Brasileira de Ciências e SCTRJ, 1987.
- 42 LOPES, Maria Margaret. O local musealizado em nacional: aspectos da cultura das ciências naturais no século XIX, no Brasil. In: HEIZER, Alda e VIDEIRA, Antônio Augusto P. (Orgs.). *Ciência, civilização e império nos trópicos*. Rio de Janeiro: Access, 2001.
- 43 Sobre Ladislau Netto, baseei-me em: FREITAS, Marcus Vinicius. *Charles Frederik Hartt, um naturalista no império de Pedro II*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2002.
- 44 *Revista da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil*, 1. série, t. III, jan.-fev. 1885. 64p.
- 45 Antônio Zeferino Cândido da Piedade (1848-1912) veio para o Brasil em 1878, retornando a Portugal em 1901. Em 1910, com a aproximação da República, exilou-se na Espanha. Doutor em matemáticas e bacharel em filosofia por Coimbra, foi sócio do IHGB (1899), tendo escrito para os seguintes periódicos: "O Cruzeiro", "O Paiz", "A Época" (do qual era proprietário). Exerceu também o cargo de diretor do Colégio Alcântara, bem como publicou obras sobre matemática e um livro sobre as comemorações do IV Centenário da Descoberta do Brasil. TAPAJÓS, Vicente e TÓRTIMA, Pedro (Orgs.). *Dicionário biobibliográfico de sócios estrangeiros (século XIX)*, v. 1. Rio de Janeiro: IHGB, 2001.
- 46 Trata-se dos três números do segundo semestre de 1885.
- 47 João Capistrano de Abreu é considerado um dos grandes historiadores brasileiros, tendo produzido inovações na pesquisa relativa ao período colonial. O legado de sua produção é atinente à história, à geografia, à etnologia e à crítica literária. GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- 48 José Ferreira de Araújo era o proprietário da "Gazeta de Notícias". A importância cultural da "Gazeta" e de seu proprietário foi sobejamente destacada por Olavo Bilac. Para este, a publicação "era consagradora por excelência" e o jornalismo de Ferreira Araújo, considerado como arte e poesia. BILAC, Olavo (1865-1918). *Vossa insolência: crônicas*. DIMAS, Antônio (Org.). São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- 49 Capistrano colaborava também com a "Revista da Sociedade de Geografia de Lisboa" e com a "Gazeta Mercantil", cujo diretor era português; pertenceu, assim, ao círculo cultural luso. Jaceguay, por sua vez, integrava os quadros da Marinha. Essa força manteve até o final do Império um padrão alto de recrutamento entre a nobreza do país. A Marinha esteve muito próxima ao imperador e Jaceguay, mais ainda. Sobre Capistrano: BUARQUE, Virginia. *Escrita singular: Capistrano de Abreu e madre Maria José*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2003. Sobre a Marinha: CARVALHO, José Murilo. *As forças armadas na primeira república: o poder desestabilizador*. In: *Forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2005.
- 50 Os exploradores portugueses Hermenegildo de Brito Capello (1841-1917) e Roberto Ivens (1850-1898), ambos oficiais da Marinha, notabilizaram-se por suas incursões nos sertões africanos, uma delas em 1877, juntamente com Serpa Pinto.
- 51 Joaquim Abílio Borges, educador e advogado, primeiro diretor do que hoje se constitui como Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense, filho do barão de Macaúbas (Abílio César Borges).
- 52 O discurso de Zeferino Cândido, ligando o passado português ao projeto de desenvolvimento da nação, reflete o grande envolvimento da Sociedade de Geografia de Lisboa na reciclagem da memória portuguesa por meio das homenagens e comemorações em busca de uma nova identidade portuguesa em fins do século XIX. CATROGA, Fernando. Ritualizações da história. In: TORRAL, Luis Reis et al. *História da história em Portugal: séc. XIX-XX*. Da historiografia à memória histórica, v. 2. Coimbra: Temas e Debates, SIG, 1998. Sobre a relação memória e identidade: POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- 53 *Revista da Seção da Sociedade de Geografia de Lisboa no Brasil*, 2. série, n. 1, p. 42, set. 1885.
- 54 ALENCAR, José Almino e PESSOA, Ana (Orgs.). *Joaquim Nabuco: o dever da política*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2002.
- 55 GOMES, Paulo César. Geografia fin-de-siècle: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões. In: *Explorações geográficas*. CASTRO, Iná et al. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- 56 CARVALHO, José Murilo. Brasil: nações imaginadas. In: *Antropolítica*. Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política, Niterói, v. 1, n. 1, p. 7-36, jan.-jun. 1995.

- 57 A idéia do Brasil como um imenso Portugal traduz antigas aspirações portuguesas; afinal, o Brasil tornou-se império antes de se formar nação. MELLO, Evaldo Cabral de. *Um imenso Portugal*. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- 58 CARVALHO, José Murilo, op. cit., p. 19.
- 59 VERÍSSIMO, José. *A educação nacional*. Pará: Tavares, Cardoso & Cia., 1890.
- 60 GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado, op. cit., p. 3.
- 61 ROWLAND, Robert. Patriotismo, povo e ódio aos portugueses: notas sobre a construção da identidade nacional no Brasil independente. In: *Brasil, formação do Estado-nação*. São Paulo: Hucitec; EdUNIJUI; FAPESP, 2003.
- 62 MARTIUS, Karl Friederich von. Como se deve escrever a história do Brasil. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, 1. série, p. 27-55, 1991 (1. ed. 1845).
- 63 GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal, op. cit., p. 575.
- 64 Ver: GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. A Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e os temas de sua historiografia (1839-1857). Fazendo a história nacional. In: WEHLING, Arno (Coord.). *Origens do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: idéias filosóficas e sociais e estruturas de poder no segundo reinado*. Rio de Janeiro: IHGB, 1989, p. 21-41.
- 65 Parte significativa dos fundadores do Instituto havia nascido em Portugal, tendo para o Brasil imigrado quando da invasão napoleônica à Península Ibérica, permanecendo fieis à casa de Bragança. GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado, op. cit., p. 7.
- 66 GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal, op. cit., p. 591.
- 67 CARVALHO, José Murilo, op. cit., p. 22.
- 68 Eduardo Paulo da Silva Prado, formado em direito, foi jornalista e literato. Seu círculo de amizades incluiu Eça de Queiroz, em Portugal, e Afonso Arinos, no Brasil. Grande defensor da restauração monárquica, escreveu a obra citada em 1893. Em razão dos enfrentamentos entre o governo de Floriano e os monarquistas, seu livro foi retirado de circulação e proibido pelo governo republicano.